

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 310918-6 / 24ª Vara Cível de Recife

Apelante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Apelado: Manasses Ney Saturnino

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE DANO MORAL. CONSUMIDOR. SERVIÇOS DE TELEFONIA. INSTALAÇÃO DE LINHA EM RESIDÊNCIA DE TERCEIRO. COBRANÇA DE SERVIÇO NÃO UTILIZADO. NEGATIVAÇÃO DO NOME. INSCRIÇÃO ANTERIOR. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO MANTIDO. JUROS MORATÓRIOS. DIES A QUO.

1. - A inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros do SERASA qualifica-o, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador. Daí a responsabilidade civil por dano moral.
2. A existência de registro no cadastro de devedores inadimplentes anterior ativado não elide a responsabilidade por dano moral, na medida em que a nova inclusão eleva o grau do conceito negativo do consumidor. Neste caso, o aspecto ressarcitório restará mitigado, porquanto a angústia e a perturbação do espírito já não é inusitada.
3. Quantum indenizatório fixado em R\$ 4.000,00 que não comporta redução.
4. Na responsabilidade contratual por dano moral os juros de mora incidem a partir da citação (art. 405 do CC).
5. Recursos Improvidos.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 310918-6, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, /9/2013


Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº: 310918-6	24ª Vara Cível de Recife
Apelante:	TELEMAR NORTE LESTE S/A
Apelado:	Manasses Ney Saturnino
Relator	Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Convocado:	

RELATÓRIO

Manasses Ney Saturnino ajuizou ação ordinária contra a **TELEMAR NORTE LESTE S/A** pretendendo a condenação da empresa ré ao pagamento de indenização por dano moral, sob o fundamento de que teve seu nome indevidamente inscrito nos cadastros de proteção ao crédito.

Advoga, em suma, que as faturas que deram origem ao débito não decorrem de efetiva prestação de serviço de telefonia, porquanto a linha telefônica solicitada foi instalada em endereço de terceiro.

O juiz *a quo* julgou procedente o pedido para condenar a parte ré ao valor indenizatório de R\$ 4.000,00, a título de dano moral, acrescido de juros de mora a partir da citação e correção monetária desde o arbitramento (súmula 362 do STJ).

Irresignada, a **TELEMAR NORTE LESTE S/A** interpôs apelação, sustentando, em síntese, que as chamadas faturadas foram efetivamente geradas do terminal de titularidade da autora, o que, via de consequência, tornam legítimas as faturas levadas a protesto. Acrescenta que o Autor, mesmo antes da negativação decorrente do débito em referência, encontrava-se com o seu nome no cadastro do SERASA por outros motivos.

Insurge-se, ainda, quanto ao valor arbitrado a título de dano moral e quanto à incidência de juros desde a citação. Neste particular, defende que os juros moratórios devem incidir a partir do arbitramento.

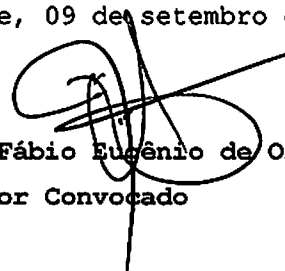
O autor, o Sr. Manasses Nery Saturnino, apresentou recurso adesivo (fls. 225/239), pretendendo elevação do valor arbitrado.

Contrarrazões apresentadas pelo autor e réu nas fls. 234/239 e 242/264, respectivamente.

Dispenso a revisão, nos termos do § 3º do Art. 551, CPC face ao valor atribuído à causa, inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 09 de setembro de 2013.


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 310918-6 24ª Vara Cível de Recife

Apelante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Apelado: Manasses Ney Saturnino

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

VOTO

O débito, que originou a inscrição do nome do autor nos cadastros de devedores inadimplentes administrados pelo SPC, decorre de claro erro na prestação dos serviços contratados. É que, segundo o laudo técnico de fls 40, a linha telefônica solicitada foi instalada em endereço de terceiro, o qual utilizou os serviços de telefonia.

Conclui-se, assim, que a inscrição do nome do Autor nos registros do SERASA e SPC é injusta e ilegítima.

É fato que o autor, mesmo antes da negativação decorrente do débito em referência, encontrava-se com o seu nome no cadastro do SERASA por outros motivos.

A existência de registro no cadastro de devedores inadimplentes anterior ativado não elide a responsabilidade por dano moral, na medida em que a nova inclusão eleva o grau do conceito negativo do consumidor. Neste caso, o aspecto ressarcitório restará mitigado, porquanto a angústia e a perturbação do espírito já não é inusitada.

Não se olvide a orientação normativa da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, que preconiza:

Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

Acontece que o comando normativa da Súmula 385 parece não ser prestigiado pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, que em julgados posteriores à sua edição tem decidido:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES - EXISTÊNCIA DE OUTROS REGISTROS NO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL PRESUMIDO -

PRECEDENTES- RECURSO IMPROVIDO(STJ - AgRg no Ag: 1406088 RS 2011/0095504-0, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 07/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/02/2012, undefined).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. INSCRIÇÃO DE NOME EM BANCO DE DADOS. DANO MORAL. EXISTÊNCIA DE OUTROS REGISTROS. IRRELEVÂNCIA. VALOR INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. 1. Não se vislumbra violação ao art. 535 do CPC, quando as questões submetidas ao Tribunal de origem são suficientes e adequadamente delineadas, com abordagem integral do tema e fundamentação compatível. 2. "A existência de registros de outros débitos do recorrente em órgãos de restrição de crédito não afasta a presunção de existência do dano moral, que decorre in re ipsa, vale dizer, do próprio registro de fato inexistente. Precedente." (REsp 718.618/RS, Rel. Min. ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, DJ de 20.6.2005) 3. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão-somente nas hipóteses em que a condenação revelar-se irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso, em que fixada em R\$ 5.042,40, de modo que a sua revisão esbarraria na Súmula 7/STJ. 4. Para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a fim de demonstrar a perfeita similitude fática entre o acórdão impugnado e os paradigmas colacionados o que, no caso, não restou evidenciado, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ , Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 10/08/2010, T4 - QUARTA TURMA, undefined)

Anote-se, ainda, que hoje não mais se discute que os cadastros em órgãos de proteção ao crédito, tais como o SPC, o SERASA, o CADIN, representam, além de efetiva restrição do crédito do consumidor, fato desabonador. Assim é que, como reiteradamente têm decidido os nossos tribunais, a indevida inclusão do nome do consumidor em tais cadastros, que lhe impõe restrição de danoso efeito creditício, por si só, consubstancia hipótese de dano moral, ensejando indenização. Com efeito, a inclusão nesses cadastros qualifica o autor, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador. Daí a responsabilidade civil da ré por dano moral.

Em tais circunstâncias, pacificou-se no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, para caracterização do dano moral indenizável, dispensa-se a prova dos efetivos prejuízos experimentados pela vítima, porquanto são eles manifestamente presumíveis, sendo suficiente, para a responsabilização do autor da ofensa, apenas a violação (dano in re ipsa). A propósito: Resp 1059663/MS - STJ.

A indenização em face do dano moral tem caráter ressarcitório e punitivo-pedagógico. De um lado, visa reparar, ainda que de forma paliativa, a

angústia experimentada pelo lesado. De outro, objetiva impulsionar o ofensor a cercar-se de novos cuidados a fim de não mais incidir em condutas ilícitas da mesma natureza, vale dizer, visa impedir a repetição de fatos idênticos ou assemelhados.

De realçar ainda a orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na fixação do quantum indenizatório de dano moral "(...) recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso" (Cfr. REsp. n.ºs. 214.381-MG; 145.358-MG e 135.202-SP, Rel. Min. Sálvio Figueiredo Teixeira, respectivamente, 29.11.99, 01.03.99 e 03.08.98).

Assim, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade acima mencionados, e considerando as peculiaridades do caso em questão, afigura-se-me que o valor arbitrado pela r. sentença, no montante de R\$ 4.000,00, atende à função do dano moral.

Por fim, consigne-se que na responsabilidade contratual por dano moral os juros de mora incidem a partir da citação (art. 397, parágrafo único c/c o art. 405 do CC).

Neste sentido, há precedente desta Câmara:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FATURA PAGA EM ATRASO. MANUTENÇÃO DO NOME DO AUTOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES MESMO APÓS O PAGAMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL.

1. Da manutenção irregular do nome do consumidor no cadastro de inadimplentes, como confessadamente mostra-se a situação dos autos, resultam prejuízos patrimoniais, na medida em que restringe, ou quase sempre impede, a formalização de negócios comerciais e de atividade de consumo.

2. O termo a quo da correção monetária, independentemente de se tratar de responsabilidade contratual ou extracontratual, deve ser a data do arbitramento, em conformidade com a súmula 362 do STJ.

3. No REsp 710385/RJ, ficou estabelecido que o termo inicial para a incidência de juros moratórios, em se tratando de responsabilidade civil contratual, é a data da citação.

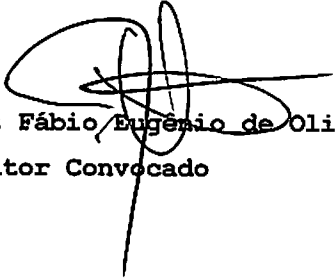
4. Recurso Parcialmente Provido. Decisão Unânime.

(TJPE- APL 33504620128170480 PE 0003350-46.2012.8.17.0480, 5ª Câmara Cível, Relator(a): Stênio José de Sousa Neiva Coêlho , dj. em 05/12/2012)

Ante o exposto voto no sentido de negar provimento aos recursos, mantendo-se incólume todos os termos da sentença guerreada.

É como voto.

Recife, de setembro de 2013


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado